

Tornar-se afro-caribenho - Ensaio bibliográfico sobre família e mobilidade no Caribe

Claudia Fioretti Bongianino*

RESUMO

Este *paper* visa refletir sobre os temas da família e da mobilidade no Caribe, tomando como material de análise a obra de Karen Fog Olwig. Como ponto de partida, a análise situa a maneira como a autora se apropria do conceito de *relatedness* e, na segunda parte do texto, o eventual rendimento desse conceito nos estudos sobre família e mobilidade no Caribe é explorado. Em particular, o artigo focaliza três processos de “torna-se” [becoming] que estão implicados no vocabulário de *relatedness* (os quais eu proponho denominar de fazer comunidade, fazer lugar e fazer família). Com base neles, a análise atenta para o efeito do material empírico da autora sobre sua argumentação e para a maneira como o conceito de ‘redes de relações’ advém de características específicas do contexto etnográfico caribenho estudado. A análise proposta procura mostrar como esse foco permite à autora explorar o processo de tornar-se afro caribenho, aportando contribuições significativas para os estudos antropológicos sobre Caribe, sobre parentesco, e sobre migração, assim como para a teoria antropológica em geral.

Palavras-chave: Caribe. Parentesco. Migração. Cultura. Karen Fog Olwig.

Becoming Afro-Caribbean - Bibliographic essay about family and mobility in the Caribbean

ABSTRACT

This paper aims to analyze the issues of family and mobility in the Caribbean, taking Karen Fog Olwig's work as its empirical material. At first, the analysis locates the way that Olwig employs the concept of *relatedness* and, in the second part of the paper, the eventual benefits of applying this concept to the Caribbean is explored. Specifically the analysis focuses on three processes of ‘becoming’ that are implicated on the vocabulary of *relatedness* (which I call community making, place making and family making). Based on them, the paper investigates the effects of Karen Fog Olwig's empirical data on her work and also the way how the concept of ‘networks of relations’ is related to specific characteristics of the Caribbean context. The analysis proposed in this paper endeavors to show how, by focusing on this concept, Karen Fog Olwig is able to explore the process of becoming Afro-Caribbean, bringing important contributions to studies about the Caribbean, about kinship and about migration, as well as to anthropological theory in general.

Keywords: Caribbean. Kinship. Migration. Cultura. Karen Fog Olwig

Volverse afrocaribeño - Ensayo bibliográfico sobre familia y movilidad en el Caribe

RESUMEN

Este *paper* procura analizar las temáticas de la familia y de la movilidad en el Caribe, empleando como material de investigación la obra de Karen Fog Olwig. Como punto de partida, el análisis localiza el uso que la autora hace del concepto de *relatedness* y, en la segunda parte del *paper*, el eventual rendimiento analítico de ese concepto para el Caribe es explorado. Así, el *paper* enfoca en tres procesos de ‘volver-se’ [becoming] que están implicados en el vocabulario de *relatedness* (llamados por mí de hacer comunidad, hacer lugar y hacer familia). Con base en ellos, el análisis examina los efectos del material empírico de la autora sobre su argumentación y también la manera como el enfoque de Olwig sobre el concepto de ‘redes de relaciones’ se asocia al contexto etnográfico del Caribe. El análisis propuesto en el *paper* intenta mostrar como ese enfoque permite a la autora explorar el proceso de volver-se afrocaribeño, contribuyendo no solo para los estudios sobre el Caribe, sobre parentesco y sobre migración, pero también para la teoría antropológica en general.

Palabras-clave: Caribe. Parentesco. Migración. Cultura. Karen Fog Olwig

* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS MN/UFRJ). Antropóloga especializada em parentesco, migração e Caribe.

E-mail: fioretti.claudia@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 9, n. 2 jul./dez. 2014 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968 (print)

INTRODUÇÃO: *RELATEDNESS* COMO PROCESSO DE TORNAR-SE

O objetivo do presente *paper* é refletir sobre a aplicabilidade e a possível utilidade do conceito de *relatedness* na análise dos temas da família e da mobilidade no Caribe. Para tanto, tomo como material de análise a obra da antropóloga dinamarquesa Karen Fog Olwig¹, atentando para os efeitos do material etnográfico da autora sobre sua teorização relativa a três temas, a saber: fazer comunidade, fazer lugar e fazer família. O foco nesses três temas decorre da proposta analítica do presente *paper*, que busca realizar uma análise cronológica da citada obra, partindo de uma leitura retrospectiva. Assim, toma-se enquanto ponto inicial a maneira como Karen Fog Olwig (2007), em seu livro mais recente, se apropria da teorização de Janet Carsten sobre *relatedness* (1997, 2000).

Em *Caribbean Journeys*, Karen Fog Olwig (2007) lança mão do conceito de *relatedness* para analisar a narrativa dos membros de três redes familiares - as quais têm suas raízes em diferentes contextos socioeconômicos no Caribe e encontram-se dispersas entre os Estados Unidos, a Inglaterra e vários países caribenhos. Ao longo do *paper*, sustento que essa apropriação de Olwig (2007) se atém aos princípios metodológicos de *relatedness* - os quais permitem descrever os objetos em análise enquanto fenômenos construídos processualmente, através de afirmativas e práticas concretas. Em outras palavras, essa apropriação se atém a princípios metodológicos que permitem descrever os objetos analisados enquanto processos de tornar-se - como os processos que proponho denominar de fazer comunidade, fazer lugar e fazer família.

Ao optar pelo conceito de *relatedness*, Olwig (2007) assume uma posição crítica diante dos estudos sobre família afro-descendente. Inúmeras características desse tipo de organização familiar não se encaixam nas concepções teóricas estabelecidas sobre uma estrutura que tem como modelo a família nuclear co-residencial. Por essa razão, diferentes analistas abordam a família afro-descendente nos termos de família matrifocal (Raymond Smith, 1956), a qual seria caracterizada pela centralidade das mulheres e pela marginalidade dos homens. Entretanto, a noção de matrifocalidade diz menos acerca de como a família afro-caribenha é e mais acerca de como ela não é. Toda e qualquer característica diferente do modelo de família nuclear co-residencial é agrupada na noção de matrifocalidade e/ou explicada recorrendo a variáveis externas (históricas, econômicas ou demográficas). Conforme mostra Richard Price (1971), em

sua revisão crítica dos estudos sobre organização familiar no Caribe, as duas primeiras vertentes teóricas que tentaram explicar a presença dessas características supostamente anormais recorreram ao passado. De acordo com a primeira vertente, esses elementos seriam derivações das contribuições aportadas pela cultura europeia e pela cultura africana ao longo da história colonial (Herskovits, 1937). Já a segunda vertente, inscreve tais elementos nos fatos históricos da escravidão e da pós-emancipação (Frazier, 1939). Seguindo a influente abordagem de Raymond Smith nos anos 50, análises subsequentes tenderam a explicar a presença dessas características correlacionando-as a um baixo nível de renda e à emigração masculina (Carreira, 1982; Drotbohm, 2009). Ao lançar mão do conceito de *relatedness*, Olwig (2007) aborda as especificidades da família afro-descendente sem partir do pressuposto da família nuclear co-residencial, sem recorrer a variáveis externas à análise e sem criar uma nova tipologia, ad hoc, para inserir as características supostamente aberrantes.

O termo *relatedness* foi proposto pela antropóloga inglesa Janet Carsten (1997, 2000) enquanto uma alternativa às ideias pré-concebidas de parentesco e uma abertura para as formas locais de agir, de definir e de conceituar as relações entre as pessoas que se tratam como parentes. Assim, a autora propõe uma nova maneira de abordar as relações familiares, mostrando que as formas locais de *relatedness* podem ir para além do sangue, sendo construídas pela partilha de substâncias (como o sêmen, o leite materno, a comida etc.), assim como pelos atos cotidianos de viver junto fisicamente.

Com base em sua etnografia sobre a ilha de Langwaki, na Malásia, Carsten (1997) sustenta que o parentesco não corresponde a um estado fixo, a uma força sem vida e dada de antemão. Diferentemente, ele consiste em um processo de tornar-se (semelhante, parente etc.), o qual é denominado pela autora de *relatedness* e se realiza através de várias pequenas ações e trocas - como a hospitalidade e os atos de viver junto, alimentar, casar, ter filhos, ter netos e adotar (fostering). Logo, esse processo de tornar-se (denominado de *relatedness*) cria um idioma de vinculação entre pessoas, mas nunca se torna uma realidade acabada, pois ele está continuamente sendo criado.

A teorização de Carsten (2000) sobre *relatedness* traz em si um importante princípio metodológico, que ensina a focar nas categorias nativas, tentando entendê-las em termos locais, ao invés de aplicar categorias analíticas rígidas (equivalentes a unidades discretas, permanentes, isoladas e dadas de antemão). Dessa for-

ma, o conceito de *relatedness* fornece uma abordagem mais flexível para a antropologia, permitindo atentar para a maneira como as pessoas definem e constroem sua noção de *relatedness*, assim como para os valores e os significados atribuídos a essa noção. No contexto caribenho, o conceito de *relatedness* permite abordar as características familiares que foram historicamente tratadas enquanto aberrantes e problemáticas, pois foca nas práticas e nos significados nativos, sem aprisioná-los em modelos analíticos etnocêntricos.

No entanto, parece-me importante ressaltar que, apesar desses importantes ganhos analíticos, a teorização de Carsten (1997, 2000) sobre *relatedness* assenta-se sobre uma problemática vinculação entre *relatedness* e imobilidade. Ao sustentar que alguém se torna parente consumindo junto e convivendo no mesmo espaço, a antropóloga inglesa estabelece, implicitamente, a necessidade da proximidade física para que haja partilha de substâncias, para que haja atos cotidianos de viver junto e, conseqüentemente, para que haja construção do parentesco por meio das práticas de *relatedness*.

Essa vinculação entre *relatedness* e imobilidade é coerente com o contexto etnográfico de Carsten (1997), onde a mobilidade física parece ser disruptiva para as relações sociais e familiares. No entanto, ela se transforma em um pressuposto problemático quando a antropóloga britânica transpõe sua argumentação específica, sobre *relatedness* na ilha de Langwaki (cf. Carsten, 1997), para sua teorização geral, sobre *relatedness* enquanto proposta teórico-metodológica para os estudos de parentesco (cf. Carsten, 2000). O pressuposto da necessidade da proximidade física para que haja partilha de substâncias (e, conseqüentemente, para que haja construção do parentesco por meio das práticas de *relatedness*) não se aplica aos significados e às práticas de *relatedness* característicos de todos os contextos etnográficos. Em particular, ele não se aplica aos contextos caribenhos analisados por Karen Fog Olwig em sua obra. Conforme será explorado abaixo, existe, no Caribe, uma forte relação entre família e migração. Ao longo da história caribenha, recursos limitados e barreiras econômicas impuseram, às famílias e aos indivíduos, constrangimentos na busca por ascensão econômica e social. Por essa razão, a migração aparece ainda hoje como uma interessante saída, valorizada por indivíduos e famílias, tornando-se um elemento constitutivo das relações familiares.

Em diálogo com a argumentação acima, parece-me importante atentar para o fato de que, ao se apropriar do conceito de *relatedness*, Olwig (2007)

ignora, intencionalmente talvez, o pressuposto da proximidade física e da imobilidade que está presente na teorização de Carsten (2000). De maneira muito interessante, a antropóloga dinamarquesa se atém aos princípios metodológicos implícitos no conceito de *relatedness*, os quais permitem descrever a família enquanto um fenômeno construído processualmente, através de afirmativas e práticas concretas (cf. CARSTEN, apud OLWIG, 2007: 84).

Independentemente dessa diferença, as duas autoras realizam uma crítica teórica, metodológica e política às abordagens analíticas que focam em unidades discretas, permanentes, isoladas e dadas de antemão. Ambas frisam a importância metodológica de focar nas categorias nativas, tentando entendê-las em termos locais, ao invés de aplicar categorias analíticas rígidas. Além disso, as duas desenvolvem uma teorização alternativa sobre parentesco, fornecendo uma definição aberta de família, ao afirmar que ela não é dada, mas construída, e ao enfatizar que essa construção não é estática, e sim dinâmica. Assim, elas colocam em prática o princípio político de não realizar uma projeção etnocêntrica dos próprios pressupostos (no caso, sobre parentesco) e desenvolvem ferramentas que lhes permitem incluir, na análise, práticas e significados diferentes.

A teorização desenvolvida por essas autoras traz à tona o fato de que a família é inacabada por definição, correspondendo a um processo de tornar-se e não necessariamente ao processo de tornar-se algo (ou seja, tornar-se semelhante, parente etc.). Esse processo de tornar-se (verbo desprovido de objeto) enfatiza a construção em si, pois a família que tal processo constrói não é estática, dotada de substância e delimitada por fronteiras rígidas que demarcam um início e um fim. Como foi antecipado acima, essa definição de família corresponde a uma definição metodológica e a família que está constantemente sendo (re/des)construída nunca se tornará uma realidade acabada num futuro moderno, tampouco foi uma realidade acabada, em algum passado tradicional. O fenômeno que é objeto de análise é definido a posteriori, sendo um resultado da aplicação do método implícito no conceito de *relatedness*: somente após focar nas afirmativas e práticas concretas (que em determinado contexto de análise constroem processualmente o fenômeno da família) é que a família é definida. No entanto, exatamente por ser definido a posteriori, o objeto que o conceito de *relatedness* define não é somente a família, mas também o lugar e a cultura. Em outras palavras, *relatedness* inclui diferentes processos de tornar-se, entre os quais aqueles que sugiro denominar de fazer comunidade, fazer lugar e fazer

família. Enquanto construtos associados a processos de tornar-se, a comunidade, o lugar e a família são objetos analíticos dotados de definição aberta, os quais não correspondem a realidades acabadas.

Conforme será explorado abaixo, porém, Karen Fog Olwig (2007) leva às últimas consequências e transforma o conceito de *relatedness* de Carsten (1997, 2000). Ao se apropriar da argumentação desta para analisar três redes familiares marcadas pela migração, Olwig (2007) sustenta que alguém se torna parente através de afirmativas e práticas concretas, capazes de criar o pertencimento a um grupo que compartilha um passado comum, em um lar familiar específico. Esse processo de fazer família difere ligeiramente do processo de fazer família identificado por Carsten (2000) - segundo o qual alguém se torna parente consumindo junto e convivendo no mesmo espaço (conforme foi apresentado acima). Dito de outra forma, a antropóloga dinamarquesa não generaliza a vinculação entre *relatedness* e imobilidade, presente no contexto etnográfico de Carsten (1997), para seu próprio contexto etnográfico - onde essa vinculação não está presente.

Procedendo dessa maneira, Olwig (2007) desenvolve um modelo de família que inclui a mobilidade física e que não parte do pressuposto de que esta é disruptiva para as relações sociais - especialmente, para as relações de parentesco. Dessa forma, a pesquisadora dinamarquesa aporta uma contribuição significativa, não apenas para os estudos antropológicos sobre parentesco e sobre migração, mas também, e primeiramente, para os estudos sobre o Caribe. A argumentação de Karen Fog Olwig em *Caribbean Journey* (2007) é fruto de um longo diálogo (etnográfico e historiográfico, empírico e teórico) estabelecido entre ela e diferentes contextos caribenhos, ao longo de quase quarenta anos de carreira. Nesse sentido, a partir da seção abaixo, serão explorados os efeitos do material etnográfico da autora sobre sua teorização, passando por uma seleção dos principais trabalhos desenvolvidos por ela. Serão tomados como eixos comparativos os três processos de tornar-se, incluídos no vocabulário de *relatedness* (conforme foi detalhado acima), os quais foram denominados de fazer comunidade, fazer lugar e fazer família. Em uma frase, portanto, a questão que se pretende examinar na obra de Olwig é a seguinte: em que consiste o processo de tornar-se (comunidade, lugar e família) através de afirmativas e práticas concretas?

FAZER COMUNIDADE: REDES DE RELAÇÕES DE TROCAS E INTERAÇÃO CULTURAL

Em sua tese de doutorado, Karen Fog Olwig (1978) desenvolve um estudo etno-históricográfico sobre a ilha caribenha de Saint John e demonstra que, desde a colonização, a estrutura social e familiar local está fundada sobre redes de relações de troca, construídas em torno de um sistema de reprodução. Efetivamente, a pesquisadora dinamarquesa sustenta que não é possível analisar esse sistema social focando em unidades discretas e, ao invés de fundar a análise sobre elas, adota uma perspectiva de rede.

Olwig (1978) argumenta que a população caribenha não pode ser pensada enquanto uma entidade discreta, dotada de uma cultura tradicional ou pura, independente ou anterior ao contato com a alteridade. Essa população foi historicamente forçada a delinear novos padrões de vida, sob condições rígidas de coerção - sendo em sua maior parte migrante (ou descendente de migrante) e vivendo, frequentemente, em um ambiente estrangeiro (como os escravos, quando foram levados para o Caribe, ou como os migrantes caribenhos, que residem em diferentes partes do mundo). Em tal contexto, as unidades domésticas tampouco podem ser pensadas isoladamente, enquanto entidades discretas. A autora demonstra que os padrões de conjugalidade tendem a ser extra-residenciais, isto é, eles não envolvem o estabelecimento de uma família nuclear - correspondente a uma unidade doméstica, enquanto unidade de produção, consumo e procriação, na qual os cônjuges e seus filhos vivem em co-residência. Diferentemente, a reprodução social e econômica das unidades domésticas depende do estabelecimento de redes de relações de trocas entre essas unidades.

No século XVIII, o sistema de reprodução dos negros e mestiços (escravos) de St. John envolvia homens e mulheres, que cooperavam na pesca e no cultivo de terras cedidas pelos senhores para a subsistência de seus escravos - os quais possuíam coletivamente essas terras, denominadas de *provision grounds*. Essa cooperação englobava as atividades voltadas para a economia de subsistência, o comércio, as práticas religiosas e a ajuda na criação das crianças, criando redes de relações de troca que envolviam obrigações de ajuda mútua. Tais redes diziam respeito aos escravos entre si e, por vezes, também aos escravos e a seus senhores, mas limitavam-se às terras onde estes realizavam suas plantações de monocultura (denominadas de *plantations*) e às áreas de *provision ground*.

Posteriormente, no período pós-emancipação (entre o fim do século XIX e meados do século XX), essas redes de relações de troca se expandiram e passaram a incluir mais pessoas e lugares, de modo que a

estrutura social da comunidade nascente de St. John correspondeu a uma extensão da estrutura familiar escrava. Os trabalhadores recém libertos estabeleceram um sistema de reprodução baseado na instituição da terra familiar (*family land*), que expandiu o tradicional sistema de posse coletiva das áreas de *provision grounds* para as terras adquiridas na pós-emancipação. Nesse novo contexto, as atividades agrícolas, comerciais, religiosas e familiares continuaram sendo realizadas por homens e por mulheres, os quais trabalhavam sozinhos, ou juntos como casais, ou ainda reunidos em grupos de trabalho - chamado de clubes (*clubs*). De maneira análoga ao que ocorria no período da escravidão, as redes de relações de trocas continuavam envolvendo os trabalhadores entre si (os quais não eram mais escravos) e também os proprietários (os quais não eram mais proprietários de escravos, mas apenas proprietários de *plantations* e de animais). No entanto, os trabalhadores passaram a trocar com vários proprietários e em várias terras, inclusive fora de Saint John, de modo que as redes de relações de troca não estavam mais restritas espacialmente e passaram a incluir o comércio realizado na ilha vizinha de St. Thomas, assim como a migração e o envio de crianças para serem criadas por parentes em outras ilhas. Efetivamente, o cultivo da terra familiar não fornecia base econômica suficiente para a crescente população e sair da ilha se tornou uma importante alternativa para as classes mais baixas. Dessa forma, o sistema de reprodução local, baseado sobre as redes extensas de relações de trocas, passou a ser mantido também pelo retorno periódico desses comerciantes, desses migrantes e dessas crianças, assim como pela entrada e incorporação das famílias que eram criadas por eles fora de Saint John (através de relações conjugais e do nascimento de filhos).

A antropóloga dinamarquesa sinaliza que, a partir de 1950, a introdução da economia turística teve como consequência a modernização da sociedade tradicional, implicando no declínio do sistema de propriedade coletiva da terra familiar e do sistema de troca de favores entre amigos e parentes através dos clubes. No entanto, ela sustenta que o sistema social local continuou fundado sobre redes extensas de relações de troca, que giravam em torno da economia de subsistência, do comércio, das práticas religiosas e da ajuda na criação das crianças.

Parece-me importante ressaltar que, ao longo da análise dos dados historiográficos e etnográficos sobre St. John, Karen Fog Olwig (1978, 1981) identifica o surgimento de um sistema de reprodução característico da população negra e mestiça de St. John, o qual não parece ser, porém, específico des-

sa ilha caribenha. Dito de outra forma, a autora parece identificar uma estrutura social e familiar que é afro-caribenha e está associado às redes de relações de trocas (informais e difusas, entre amigos e parentes, envolvendo obrigações de ajuda mútua). Essa estrutura está associada também às instituições sobre as quais essas redes de relações de troca se baseiam - por exemplo, as unidades domésticas caracterizadas por padrões de conjugalidade extra-residencial, a terra familiar, os clubes, a ajuda na criação das crianças etc. Essa estrutura social e familiar afro-caribenha parece corresponder ao processo pelo qual a população afro-caribenha constrói sua comunidade através de redes de relações de troca.

Na conclusão de sua tese, Olwig (1978) introduz a expressão "comunidade afro-caribenha", a qual pode ser descrita como uma expansão da família afro-caribenha - assim como a comunidade de Saint John pode ser descrita enquanto uma expansão da família local, conforme foi dito anteriormente. Em seus trabalhos posteriores, a adjetivação "afro-caribenha" é utilizada pela autora para qualificar também os conceitos de população, cultura e família, fato que parece sinalizar o desenvolvimento uma teorização especificamente afro-caribenha - e não necessariamente englobável nos estudos afro-americanos como um todo, nem extensível para a população afrodescendente dos Estados Unidos, por exemplo.

Além disso, a adjetivação afro-caribenha parece ser utilizada de forma generalizante, mas não totalizante. Tal adjetivação não diz respeito à soma das populações, culturas e famílias afro-caribenhos, pensadas enquanto unidades discretas e correspondentes às várias ilhas ou aos vários Estados-Nações do Caribe. Diferentemente, os conceitos de comunidade, família, população e cultura "afro-caribenhos" parecem ser generalizantes no sentido de que a generalização precede a comparação. Ou seja, esses conceitos não dizem respeito a algumas características que são típicas ou comuns a vários contextos afro-caribenhos (pensados enquanto unidades discretas iguais a si mesmas, mas distintas entre si e por isso comparáveis). Como foi dito acima, esses conceitos dizem respeito especificamente a características relacionadas ao processo pelo qual a população afro-caribenha constrói sua comunidade através de redes de relações de troca. Ao mesmo tempo, este adjetivo não se refere a características que estão situadas no Caribe ou que são inerentes às pessoas que nasceram no Caribe. Essas características são descritas enquanto afro-caribenhos somente porque podem ser generalizadas enquanto tal num momento posterior à identificação desse processo afro-caribenho

de construção através de redes de relações de troca: sua identificação e sua generalização precedem e permitem a comparação, que autoriza, por sua vez, uma ulterior generalização e assim por diante.

Especificamente, em *Global Culture, Island Identity*, Karen Fog Olwig (1993) explora o processo cultural pelo qual a população afro-caribenha de Nevis lutou para estabelecer sua presença e negar sua marginalização social. Nessa sua segunda investida etno-histórica, a autora realiza uma comparação (implícita) com Saint John, partindo da generalização possibilitada pela identificação do processo pelo qual a população afro-caribenha constrói sua comunidade através de redes de relações de troca. Efetivamente, parece ser essa identificação a permitir à autora chegar às generalizações implícitas nos conceitos de comunidade, família, população e cultura afro-caribenhas.

A autora faz notar que, historicamente, a população afro-caribenha de Nevis foi privada da possibilidade de expressar sua identidade cultural através de instituições próprias e criou três lugares de pertencimento que lhe permitiram estabelecer uma vida própria, fora da esfera de domínio da sociedade colonial. Assim, durante a escravidão, essa população se apropriou das formas das instituições estrangeiras enquanto quadros de referência para colocar à mostra os conteúdos dos contextos de vida desenvolvidos localmente pela população afro-caribenha.

Esses três lugares de pertencimento implicaram na coexistência de três tradições culturais associadas a diferentes recursos econômicos e sociais de Nevis, os quais eram controlados por segmentos diferentes da sociedade. De um lado, portanto, a população afro-caribenha estabeleceu uma vida própria lançando mão da terra, que permitia a atividade agrícola e que era controlada pelos proprietários das plantações de monocultura. De outro lado, estabeleceu uma vida própria lançando mão das redes de relações de troca, que eram fundamentais para o exercício das atividades cotidianas (como a subsistência e a criação dos filhos) e que eram controladas pela comunidade afro-caribenha. Por fim, estabeleceu uma vida própria lançando mão da educação, que possibilitava o acesso a cargos do serviço público e que era controlada pela igreja metodista.

Ao descrever esses três lugares de pertencimento, Karen Fog Olwig (1990, 1993, 1995a, b) evidencia que a população afro-caribenha de Nevis teve que lidar, ao mesmo tempo, com várias tradições culturais contraditórias, estando às voltas com uma interação cultural extremamente complexa. Segundo a

autora, essa interação cultural corresponderia a um tema geral das sociedades caribenhas. Mais que isso, ela argumenta que o processo por meio do qual a população afro-caribenha criou seus três lugares de pertencimento está baseado, fundamentalmente, na habilidade e na vontade dessa população em incorporar e reinterpretar as formas de instituições estrangeiras, reificando-as dentro dos próprios contextos de vida e, assim, reinterpretando esses contextos.

Levando adiante a argumentação da antropóloga, é possível sugerir que esse processo pelo qual a população afro-caribenha separa e rearranja formas e conteúdos é caracterizado pela transformação, uma vez que os conteúdos locais e as formas globais são constantemente negociados, sendo reinterpretados ao serem incorporados. Portanto, esse processo corresponde menos a um empréstimo (ou a uma aculturação por difusão e imitação) e mais a uma inovação: as formas da ordem patriarcal inglesa, da bagagem cultural africana e da tradição metodista da respeitabilidade são transformadas ao serem apropriadas enquanto quadros de referência para colocar à mostra os conteúdos dos contextos de vida desenvolvidos localmente pela população afro-caribenha (a saber, as redes de relações de trocas entre amigos e parentes, envolvendo obrigações de ajuda mútua).

Dito de outra forma, a interação cultural identificada em Nevis parece corresponder a outro processo afro-caribenho de construção – análogo ao processo descrito acima, após analisar a tese de doutorado da autora. Por meio desse processo, a população local constrói, não apenas sua comunidade, mas também sua cultura, através de redes de relações de troca e também através da interação cultural. Nesse sentido, a autora parece estar às voltas com um dos processos de tornar-se implicados no vocabulário de *relatedness*. Esse processo afro-caribenho de construção pode ser descrito enquanto fazer comunidade - ou seja, enquanto processo de tornar-se através de afirmativas e práticas concretas, processo esse que enfatiza a construção em si e jamais corresponde a uma realidade acabada. Com efeito, a comunidade e a cultura afro-caribenha (que resultam desse processo de tornar-se, isto é, desse fazer comunidade) são dotadas de definição aberta, sendo caracterizadas pela negociação e pela transformação contínua de formas estrangeiras e também de conteúdos locais.

FAZER LUGAR: LOCAIS CULTURAIS E CONSTRUÇÃO DO PASSADO

Ao examinar os dados sobre Nevis, Karen Fog

Olwig (1993, 1997) afirma que a história dessa ilha caribenha é marcada pela desterritorialização econômica e social. Segundo ela, tal desterritorialização está vinculada à migração forçada (movimento pelo qual a população negra escravizada chegou ao Caribe, no século XVIII) e à migração voluntária (deslocamentos da população afro-caribenha entre vários territórios, depois do século XIX). Nesse contexto, a autora mostra como, a partir do período pós-emancipação, estabeleceram-se dois padrões de desterritorialização entre a população afro-caribenha de Nevis: de um lado, as pessoas fisicamente presentes na ilha desejam sair (para voltar); de outro lado, as pessoas fisicamente ausentes mantêm os vínculos com a ilha e o interesse em voltar para lá.

Olwig (1993, 1997) enfatiza que, independentemente dos migrantes de Nevis retornarem ou não à sua ilha natal, eles mantêm vínculos próximos com a família e com o lar dos pais em Nevis, através do envio de remessas. Por meio delas, redes de relações de trocas entre amigos e parentes (baseada sobre a partilha e a cooperação) continuam vinculando a população afro-caribenha de Nevis – esteja ela situada na própria ilha ou em lugares distantes. Mais que isso. Com a migração, essas redes são ulteriormente expandidas e se tornam globais, originando uma comunidade afro-caribenha transnacional.

Karen Fog Olwig (1997) demonstra que essas redes globais continuam informadas pela cultura afro-caribenha e, em particular, pelo sistema familiar afro-caribenho. Conforme revela a análise da autora, o sucesso da comunidade afro-caribenha transnacional reside no fato dela estar ancorada a lugares em Nevis - especificamente, à terra familiar e à casa familiar. Essas duas instituições permitiram à população afro-caribenha explorar (no passado e no presente) recursos econômicos fora da sociedade local e, ao mesmo tempo, manter fortes laços culturais com a ilha natal.

Olwig (1993, 1997) mostra como o contexto histórico de emergência da comunidade de Nevis ajuda a compreender a forma específica que ela adquiriu, assim como o papel do lugar dentro dela. De fato, a comunidade afro-caribenha da ilha não corresponde a uma entidade discreta: ela é um ponto focal importante em uma comunidade global de relações que se estende entre Nevis e o mundo. A autora sustenta, pois, que essa comunidade deve ser encontrada entre as várias localizações nas quais residem pessoas de Nevis, e não dentro delas.

Em diálogo com essa argumentação, a antropóloga dinamarquesa desenvolve uma crítica ao conceito

antropológico de cultura e constrói uma teorização alternativa, guiada pela noção de complexidade cultural. Em substituição ao conceito de todo cultural, a autora toma como ponto de partida a interação cultural. Essa mudança na concepção de cultura tira a centralidade do lugar como metáfora dominante e implica em um redirecionamento metodológico da ordem para a não-ordem, da fixação para a mobilidade. A condição da cultura deixa de ser a estrutura e passa a ser a mudança. Logo, a cultura passa a incluir, por exemplo, os processos de desterritorialização e reterritorialização que a mobilidade envolve, ao invés de partir do pressuposto de unidades culturais autocontidas, integradas e localizadas. Ao propor uma teorização alternativa da cultura, Karen Fog Olwig (1997) convida a explorar o processo de localização da cultura (*siting culture*) através dos locais culturais (*cultural sites*). Em outras palavras, ela sugere que a cultura seja vista a partir do processo dinâmico de construção do lugar, do espaço e da cultura, através da interação entre residência (*dwelling*) e viagem (*travel*) – ou seja, através da interação entre vínculos locais e vínculos globais.

Pedindo licença à autora, é possível afirmar que a nova concepção de cultura proposta por ela introduz também uma nova concepção de lugar. A crítica de Olwig (1993, 1997) ao conceito antropológico de cultura evidencia que, em contextos caracterizados por uma forte interação entre fixação e mobilidade (como os contextos caribenhos), as culturas não correspondem a entidades discretas. Mais que isso, sua crítica explícita que as culturas só podem ser definidas por meio do processo de localização da cultura, devendo ser encontradas entre seus diferentes locais culturais e não dentro deles. Nesse sentido, os lugares correspondem a espaços que podem ser descontínuos, pois são continuamente (*re/des-*)territorializados, entre as várias localizações específicas nas quais ele se ancora.

Faço notar, porém, que embora a autora fale em processo de (*des-re*)territorialização ela parece frisar a processualidade em si, a qual não tem início nem fim. Olwig (1993, 1997) usa os conceitos de desterritorialização e reterritorialização para explicitar os processos contínuos de localização da cultura em locais culturais - por meio dos quais a cultura, o lugar e o espaço são constantemente (*re/des*)construídos e (*re/des*)territorializados. Trata-se, porém, de um processo de construção e de territorialização, cujo construto nunca foi nem será uma realidade acabada, construída e territorializada definitivamente - apta a ser (*re/des*)construída e (*des-re*)territorializada.

Essas novas concepções de cultura e de lugar etão

ancoradas no contexto de análise da autoram, mas não se limitam a ele, uma vez que correspondem a concepções que visam substituir o conceito antropológico de cultura. Assim, pela primeira vez em sua obra, Karen Fog Olwig (1997) realiza uma generalização que vai além de seu interesse historiográfico e etnográfico pelo Caribe e possibilita a comparação com outros contextos de forte interação entre fixação e mobilidade, independentemente de sua localização geográfica. Por implicação, porém, se trata de uma generalização que se aplica também ao contexto historiográfico e etnográfico analisado pela autora.

Especificamente, ao analisar novamente seus dados sobre Nevis, com base em sua nova concepção de cultura e de lugar, Olwig (1997) argumenta que os migrantes da ilha desenvolvem vínculos com a terra familiar e com a casa familiar, instituições que são abordadas como locais culturais. A antropóloga dinamarquesa sustenta que essas instituições são moldadas pela interação das percepções das pessoas presentes e ausentes, correspondendo a pontos nodais nas redes difusas de relações de troca (globais e locais) que se estendem entre Nevis e o mundo. Enquanto tal, as instituições da terra familiar e da casa familiar são dotadas de permanência e fornecem pontos estáveis e significativos de identificação cultural - embora estejam localizadas em Nevis e, portanto, em lugares diferentes daqueles onde os migrantes moram.

A autora mostra que não é possível separar uma comunidade afro-caribenha local (limitada apenas à população afro-caribenha localizada, por exemplo, dentro de Nevis) de uma comunidade afro-caribenha global (localizada fora de Nevis). Ambas essas comunidades são coextensivas e equivalem, pois, a uma única comunidade afro-caribenha transnacional. Ainda que essa comunidade seja difusa e não corresponda a uma entidade discreta, ela não é marcada pela transitoriedade e pelo desenraizamento, pois está territorializada nas instituições da terra familiar e da casa familiar. Levando mais uma vez adiante a teorização da autora é possível sugerir que, em qualquer contexto específico (seja ele o de Nevis ou outro contexto caribenho), os limites do espaço, do lugar, da cultura e da comunidade afro-caribenha transnacional correspondem aos limites das próprias redes de relações de troca.

Uma vez mais, portanto, Karen Fog Olwig (1995, 1997) parece identificar um processo afro-caribenho de construção, o qual incorpora o processo de localização da cultura através dos locais culturais. Assim, a autora passa a falar em comunidade afro-caribenha transnacional e foca no processo contínuo pelo qual

a população afro-caribenha constrói sua comunidade, sua cultura e seu lugar de pertencimento, apropriando-se das formas de instituições estrangeiras, enquanto quadros de referência para colocar à mostra os conteúdos de seus contextos de vida. No entanto, tais contextos não são desenvolvidos apenas localmente, pois são desenvolvidos em locais culturais (como a terra familiar e a casa familiar), os quais estão localizados em lugares diferentes daqueles onde a população afro-caribenha reside. Tais locais são equivalentes a pontos nodais que territorializam as redes de relações de trocas, cujos limites parecem corresponder aos limites do espaço, do lugar, da cultura e da comunidade afro-caribenha transnacional.

Novamente, a identificação desse processo afro-caribenho de construção parece permitir que a antropóloga refine e transforme seu quadro analítico, generalizando suas conclusões para outros contextos e realizando ulteriores comparações. Ao retornar para o contexto historiográfico e etnográfico de Saint John, a autora leva consigo a bagagem teórica adquirida em seu primeiro estudo sobre a ilha, mas também aquela adquirida na análise dos dados sobre Nevis. Dessa maneira, ela atenta para as redes de relações de troca, para a complexidade cultural, para o processo de localização da cultura entre locais culturais, assim como para o processo constante de construção das comunidades e para as localizações de pertencimento que essas comunidades circunscrevem.

Em seu novo estudo sobre Saint John, Karen Fog Olwig (1999, 2000) explora o processo que ela denomina de “construção do sentido do passado”, isto é, a maneira pela qual a população local constrói o passado criando um sentido de pertencimento e territorializando sua identidade nessa construção. Ao proceder dessa maneira, a pesquisadora dinamarquesa evidencia que as classes mais baixas da população afro-caribenha de St. John tendem a se identificar com uma construção do passado que enfatiza os valores morais compartilhados através das redes de relações de trocas. Segundo essa construção do passado, o compartilhamento de valores morais seria a base da comunidade local.

Tal construção do passado apresenta uma conexão íntima entre terra, comunidade, valores morais, liberdade e lugar de pertencimento, conexão essa que se consolida na instituição da terra familiar. Conforme foi detalhado anteriormente, porém, o lugar de pertencimento criado por essa instituição não era um lugar economicamente seguro: a manutenção dos valores morais compartilhados apontava a necessidade de deixar a terra familiar para viver e

trabalhar fora dela, de modo a sustentar a comunidade de Saint John. Portanto a fixação experimentada ao viver na terra familiar era complementada por uma grande dose de mobilidade, ao sair da ilha em busca de melhores oportunidades econômicas. Em tal contexto, o principal valor atrelado à terra familiar era sua capacidade de manter um lugar de pertencimento, independentemente dos anos vividos fora. Nesse processo, a manutenção desse lugar de pertencimento instaurava a obrigação de cultivar vínculos ativos com a família, oferecendo apoio econômico e, assim, sustentando a comunidade, ao sustentar os valores morais compartilhados por ela.

Segundo essa construção do passado, ser “Saint Johniano” era mais uma questão de participar ativamente da comunidade local (compartilhando valores morais através das redes de relações de troca) e menos uma questão de ter nascido em St. John, de ter crescido lá, ou de ter parentes “Saint Johnianos”. Em tal construção da história, existe uma identificação entre a comunidade local, o compartilhamento de valores morais e a ilha de Saint John, mas essa identificação não está atrelada a um direito de posse, tampouco a Saint John em si. Essa identificação está atrelada a uma construção do passado que celebra o sentido moral e inclusivo do lugar, focando na participação ativa nas redes de relações de troca. Nesse sentido, essa comunidade moral se identifica menos com St. John e mais com as próprias redes de relações de troca. Dito de outra forma, essa comunidade moral é menos “Saint Johniana” e mais afro-caribenha.

Nesse segundo estudo sobre St. John, Karen Fog Olwig (2000) chama a atenção para a existência de formas alternativas de identificação dentro da comunidade nacional da ilha. Ela mostra que a classe média de St. John se identifica fortemente com valores morais europeus, vinculados a uma construção do passado que enfatiza as demonstrações públicas da cultura nacional. Por sua vez, os membros da população afro-caribenha que estudaram fora da ilha (especialmente nos Estados Unidos) se identificam com outra construção do sentido do passado, a qual foca em uma única cultura negra, dotada de uma herança única, enraizada na terra. Tal construção do passado se baseia sobre o modelo de solidariedade étnica e de exclusão da diferença, segundo a qual um grupo nativo teria direitos exclusivos sobre sua terra de nascimento.

Ao proceder dessa maneira, a antropóloga parece identificar em St. John um ulterior processo afro-caribenho de construção, o qual incorpora também a construção do passado. Ele corresponde ao processo contínuo pelo qual a população afro-caribenha cons-

trói, não apenas sua comunidade e sua cultura, mas também seu lugar de pertencimento através da interação cultural. Através dela a população afro-caribenha se apropria das formas de instituições estrangeiras enquanto quadros de referência para colocar à mostra os conteúdos de seus contextos de vida desenvolvidos em locais culturais. Além disso, esses conteúdos são desenvolvidos também através da construção do passado. Conforme enfatiza a autora, essa construção do passado não é única e a existência de formas alternativas de identificação entre a população afro-caribenha de uma única comunidade nacional (como no caso de St. John) corresponde a uma complexidade cultural análoga à que foi identificada no caso de Nevis. Nesse sentido, o analista é obrigado a atentar para o surgimento constante de novas construções do passado. Mais que isso, é obrigado a atentar para as negociações e transformações decorrentes da complexa interação entre construções alternativas do passado.

Novamente, Karen Fog Olwig (1993, 1997, 1999, 2000) parece trazer à tona um dos processos de tornar-se implicados no vocabulário de relatedness. Esse processo afro-caribenho de construção (da comunidade, da cultura e do lugar de pertencimento através das redes de relações de troca, da interação cultural e da construção do sentido do passado) pode ser descrito enquanto fazer lugar - ou seja, enquanto processo de tornar-se através de afirmativas e práticas concretas. Esse processo foca na construção e na territorialização em si e, como foi enfatizado acima seu resultado jamais corresponde a uma realidade acabada, territorializada definitivamente.

O lugar de pertencimento, a cultura e a comunidade afro-caribenha transnacional (que resultam desse processo de tornar-se, isto é, desse fazer lugar) são dotados de definição aberta, sendo caracterizados pela negociação e pela transformação contínua entre diferentes construções do passado. Além disso, eles são caracterizados pelo processo contínuo de localização da cultura entre diferentes locais culturais, os quais territorializam continuamente as redes de relações de troca. Seus limites são continuamente transformados e negociados, transformando e negociando continuamente os limites do lugar de pertencimento, da cultura e da comunidade afro-caribenha transnacional.

FAZER FAMÍLIA: COMPARTILHAMENTO DE VALORES E DE UM PASSADO EM UM LAR FAMILIAR

Em suas produções mais recentes, Karen Fog

Olwig (2002a,b, 2003, 2007, 2009, 2012) tem se dedicado à análise de redes familiares afro-caribenhas transnacionais - ou seja, redes familiares que têm suas raízes em diferentes contextos socioeconômicos no Caribe e encontram-se dispersas entre os Estados Unidos, a Inglaterra e vários países caribenhos. Por meio da análise das histórias de vida dos membros dessas redes familiares dispersas, Olwig (2002a, 2007) explicita como vínculos específicos com uma família e também com um lugar são construídos na prática, através do estabelecimento de relações entre a própria história de vida e outras - assim como através da omissão de algumas histórias. Em particular, a antropóloga dinamarquesa faz notar que, quando os membros das gerações mais velhas de cada rede familiar contaram para ela suas histórias de vida, eles colocaram como ponto de partida os próprios lares de infância. Tais lares estão situados em suas ilhas caribenhas de origem, onde os membros das gerações mais velhas de cada rede familiar nasceram, cresceram e viveram juntos uns com os outros.

Karen Fog Olwig (2002a, 2007) sustenta que essas histórias de vida servem como narrativa fundacional para os membros de cada uma das redes familiares afro-caribenhas transnacionais. Essa narrativa fundacional se torna constitutiva da noção de *livelihood*, ou de *relatedness*, que faz a família, criando um quadro de referência para as relações familiares e para os valores morais que essas relações incorporam - a partir do compartilhamento de um passado comum em um lar familiar específico no Caribe. Ao atentar para a narrativa fundacional, a pesquisadora dinamarquesa mostra como os membros de cada uma das redes familiares afro-caribenhas transnacionais se tornam parentes através de afirmativas e práticas concretas, as quais são capazes de criar o pertencimento a um grupo que compartilha um passado comum, em um lar familiar específico no Caribe. De fato, em todas as redes familiares analisadas pela autora, migração e lar são elementos centrais dos quadros de referência constituídos pelas narrativas familiares.

Especificamente, em *Caribbean Journeys* - seu livro mais recente - Olwig (2007) analisa como esses quadros de referência influenciam a maneira pela qual os migrantes constroem seu lar familiar no Caribe, enquanto um lugar de pertencimento e de identificação. Em particular, a autora discorre sobre a maneira como esses quadros de referência são sustentados, desenvolvidos e transformados, no tempo e no espaço - explicitando, assim, como são sustentadas, desenvolvidas e transformadas as próprias redes de relações que vinculam os membros das três redes familiares dispersas a seus distantes lugares de origem. Dessa forma, a

autora passa a falar, não apenas em população, cultura e comunidade afro-caribenha transnacional, mas também em família afro-caribenha transnacional.

Uma vez mais, portanto, Olwig (2002a, 2007) parece identificar um processo afro-caribenho de construção, pelo qual a população constrói sua comunidade, sua cultura e seu lugar de pertencimento, apropriando-se das formas de instituições estrangeiras, enquanto quadros de referência para colocar à mostra os conteúdos de seus contextos de vida. Agora, porém, esses conteúdos são desenvolvidos também através de uma narrativa fundacional (e de um quadro de referência para as relações familiares e para os ideais que essas relações incorporam) a qual está associada, por sua vez, ao compartilhamento de um passado comum em um lar familiar específico no Caribe. Conforme enfatiza a autora, esses quadros de referência são constantemente construídos, praticados e transformados, no tempo e no espaço. Por meio desse processo, são constantemente construídas, praticadas e transformadas também as próprias redes de relações que vinculam os membros das três redes familiares dispersas a seus distantes lugares de origem no Caribe.

Esse processo afro-caribenho de construção (da comunidade, da cultura e do lugar de pertencimento através das redes de relações de troca, da interação cultural, da construção do sentido do passado e do compartilhamento de valores e de um passado comum em um lar familiar) pode ser descrito enquanto fazer família - isto é, enquanto processo de tornar-se através de afirmativas e práticas concretas, processo esse que enfatiza a construção em si. Olwig (2002a, 2007) mostra como a ideia de família corresponde a um grupo de pessoas que não existe em si e por si mesmo, mas emerge, exatamente, a partir do compartilhamento de valores morais e também do compartilhamento de um passado em um lar familiar. Em particular, a família que emerge desse processo de tornar-se é dotada de definição aberta, sendo caracterizada por um processo contínuo de construção e de territorialização, cujo resultado jamais corresponde a uma realidade acabada, territorializada definitivamente.

Mas isso não é tudo. Tal processo de fazer família parece estar intrinsecamente vinculado ao fazer lugar e ambos estão intrinsecamente vinculados ao fazer comunidade. De fato, ao criar o pertencimento a um grupo que compartilha um passado comum no Caribe, o fazer família faz lugar. Por sua vez, ao criar o pertencimento a um grupo através do compartilhamento de valores morais (e de um passado comum no Caribe), o fazer família e o fazer lugar fazem comunidade. Inversamente, ao criar o per-

tencimento a um grupo que compartilha valores morais e um passado comum, não apenas no Caribe, mas em um lar familiar específico, o fazer comunidade faz família e faz lugar. Em suma, trata-se de um único processo de tornar-se afro-caribenho.

CONCLUSÃO: TORNAR-SE ENQUANTO PROCESSO DE TERRITORIALIZAR-SE

O processo de tornar-se afro-caribenho, identificado até aqui, traz à tona, ao mesmo tempo, os três processos de tornar-se descritos como fazer comunidade, fazer lugar e fazer família. Dito de outro modo, o processo de tornar-se afro-caribenho corresponde ao processo de tornar-se comunidade, tornar-se lugar e tornar-se família - os quais são indissociáveis e estão intrinsecamente imbricados uns nos outros. Como foi visto no paper, o processo de tornar-se (comunidade, lugar e família) afro-caribenho enfatiza a construção e também a territorialização em si, pois o resultado desse processo jamais corresponde a uma realidade acabada, territorializada definitivamente. Portanto, o processo de tornar-se afro-caribenho corresponde a um processo de construção e de territorialização em locais culturais correspondentes à terra familiar e à casa familiar. Por meio desse processo, a população afro-caribenha constrói seu lugar de pertencimento, sua cultura, sua comunidade e sua família transnacional, através das redes de relações de troca, da interação cultural, da construção do sentido do passado e do compartilhamento de valores e de um passado comum em um lar familiar no Caribe.

É interessante notar que, nas produções mais recentes da antropóloga cuja obra é tomada como material de análise para o presente paper, os processos de fazer comunidade, lugar e família ganham força: ela passa a falar, explicitamente, em fazer família (*family making*, cf. OLWIG, 2007) e fazer lugar (*place making*, cf. Olwig, 2007), assim como em fazer lar (*home making* cf. OLWIG, 2002b) e construir-comunidade (*community-building*, cf. OLWIG, 2009). Além de frisar a conexão entre esses diferentes processos de fazer comunidade, lugar e família, a autora enfatiza a construção e a territorialização em si, pois os fenômenos que resultam desses processos (a saber, a comunidade, o lugar, a família e o lar) são dotados de definição aberta e jamais correspondem a realidades acabadas, territorializadas definitivamente.

Em especial, Olwig (2009) atenta para a maneira como tais processos se atualizam ao territorializar-

-se em momentos e contextos específicos, realizando uma crítica implícita à possibilidade de substancializar os construtos associados a esses processos, para além de seus momentos e contextos de atualização. Dito de outra forma, ela sugere que os construtos associados ao processo de tornar-se afro-caribenho só existem enquanto unidades discretas no momento e no contexto de sua atualização. Esses construtos afro-caribenhos (como o lugar, a cultura, a comunidade, a família transnacional, o lar familiar etc.) não são dotados de permanência enquanto unidades discretas, ou seja, enquanto pontos nodas nas redes de relações de troca. Diferentemente, apenas as próprias redes de relações de troca e o próprio processo histórico e social afro-caribenho de construção, associado a ela, seriam dotados de permanência. Em suma, o que seria afro-caribenho seria o próprio o processo de tornar-se ao territorializar-se nas redes de relações de troca.

Uma vez que o próprio adjetivo afro-caribenho é dotado de definição aberta, os objetos que ele qualifica jamais correspondem a realidades acabadas, territorializadas definitivamente. Em outras palavras, os fenômenos descritos por Karen Fog Olwig em sua obra parecem ancorar-se sobre princípios metodológicos análogos àqueles da argumentação sobre *relatedness* (CARSTEN, 2000, p. 24). Conforme foi explicitado na introdução do presente paper, esses princípios permitem descrever os objetos de análise (como a família) enquanto fenômenos construídos processualmente, através de afirmativas e práticas concretas. O interessante disso é que princípios metodológicos análogos a esses já estavam presentes na teorização da antropóloga dinamarquesa, mesmo antes dela se apropriar da argumentação de Carsten (2000). Nesse sentido, o fato de Olwig (2007) se apropriar do conceito de *relatedness* parece estar associado à presença de princípios metodológicos análogos em seus próprios trabalhos, conforme foi ressaltado ao longo do paper. Em particular, tal fato parece estar vinculado os efeitos dos dados etnográficos da pesquisadora dinamarquesa sobre sua teorização, assim como à habilidade da autora em abrir as unidades analíticas (como família, lugar, cultura etc.), explorando os aspectos em que se entrecruzam.

Uma característica marcante da obra de Karen Fog Olwig é o fato de que seus dados empíricos são ao mesmo tempo etnográficos e historiográficos. A autora analisa sempre narrativas, elaboradas ou por ela (em sua descrição etnográfica) ou por seus interlocutores de pesquisa (nas entrevistas sobre histórias de vida) ou pelos autores dos documentos históricos analisados. Outra característica emblemática da obra é seu embasamento sobre o conceito de rede de

relações. Lançando mão da argumentação de Olívia Cunha (2010: 101) sobre a realização de pesquisas a partir de documentos historiográficos, parece possível afirmar que a antropóloga dinamarquesa lança mão das narrativas, não enquanto repertórios de informações verdadeiras, e sim enquanto objetos relacionais que se “enredam e se referem a várias outras coisas”. Dito de outra forma, as narrativas que a autora toma como objeto empírico para sua análise parecem ser analisadas a partir do conceito de rede de relações. Esse conceito permite estabelecer relações transversais às instituições e às categorias analíticas rígidas, sem predefinir as unidades analíticas e sem pensá-las enquanto unidades discretas e permanentes.

A adoção da metodologia dos estudos de rede parece ter correspondido a uma consequência do tipo de dados estudados pela pesquisadora dinamarquesa. De fato, Olwig (1978) faz notar já em sua tese de doutorado que não é possível estudar o sistema familiar, social e cultural caribenho focando em unidades discretas. Conforme ela demonstra, a reprodução familiar e econômica do sistema social afro-caribenho depende do estabelecimento de redes de relações de trocas entre essas unidades. Analogamente, a reprodução cultural do sistema social afro-caribenho depende do estabelecimento de complexas interações entre formas globais (apropriadas como quadros de referência) e conteúdos desenvolvidos em locais culturais (as quais giram em torno das redes de relações de troca).

Portanto, ao invés de focar a análise sobre unidades discretas, a autora adota uma perspectiva de rede e atenta para o relacionamento entre essas unidades, as quais são tratadas enquanto pontos nodais nas redes de relações de troca. Ao longo de sua obra, a antropóloga dinamarquesa leva adiante essa argumentação e desenvolve uma teorização, cuja unidade básica de análise não corresponde a entidades discretas de totalização, como o Caribe (definido primeiramente como uma localidade, caracterizada pela co-extensão territorial) ou a população, a família, a sociedade e a cultura.

Diferentemente, ela desenvolve uma teoria social afro-caribenha, cuja unidade básica de análise corresponde às redes de relações de trocas (informais e difusas, entre amigos e parentes, envolvendo obrigações de ajuda mútua). Assim, a autora adota um princípio metodológico análogo àqueles implícitos no conceito de relatedness: ela aborda seus objetos de análise a partir de definições metodológicas, que permitem descrevê-los enquanto fenômenos construídos processualmente, através de afirmativas e práticas concretas. Em particular, ela analisa o processo de tornar-

-se, enquanto processo de territorializar-se, através da participação ativa nas redes de relações de trocas. Ao proceder dessa maneira, Karen Fog Olwig (1997) realiza uma crítica ao conceito antropológico de cultura, focando no processo de localização da cultura entre seus diferentes locais culturais. Assim, os lugares equivalem a espaços que podem ser descontínuos, pois são continuamente territorializados, entre as várias localizações específicas nas quais eles se ancoram.

Ao longo de sua obra, Karen Fog Olwig desenvolve uma teoria antropológica, cuja unidade básica de análise não corresponde a unidades discretas de totalização – como o conceito antropológico de cultura. Diferentemente, a unidade básica de análise corresponde às redes de relações de troca, permitindo incluir a mobilidade e a imobilidade enquanto variáveis internas à análise. Dessa forma, a autora aporta contribuições significativas não apenas para os estudos sobre o Caribe, mas também para a própria teoria antropológica, assim como para os estudos sobre família e para os estudos sobre migração e globalização.

A teorização desenvolvida pela antropóloga dinamarquesa cria um modelo de família, cuja unidade básica de análise não corresponde a entidades discretas de totalização – como o grupo familiar ou a unidade doméstica. Diferentemente, a unidade básica de análise corresponde, mais uma vez, às redes de relações e inclui a mobilidade e a imobilidade enquanto variáveis internas à análise. Efetivamente, tal teoria cria um modelo do social segundo o qual o migrante e a migração não correspondem unidades de análise em si – passíveis de serem apropriadas como objeto de análise próprio dos estudos de migração e globalização, por exemplo. Uma vez que os lugares e as culturas são definidos do ponto de vista das redes de relações sociais e são caracterizado pelas relações sociais vinculando territórios, todos são migrantes e, ao mesmo tempo, ninguém é migrante. Efetivamente, os migrantes só podem ser definidos enquanto tal a partir de uma teoria, cuja unidade de análise corresponde a entidades discretas de totalização – como o conceito antropológico de cultura. Apenas a partir de uma teoria como essa, o migrante – e sua variantes (e/i/trans-)migrante – pode ser definido enquanto tal, isto é, enquanto uma pessoa que está fora de lugar (fora de sua cultura, de seu Estado-Nação etc.).

Como foi dito, a autora adota um princípio metodológico análogo àqueles implícitos no arcabouço teórico de relatedness: ela aborda seus objetos de análise a partir de definições metodológicas, que permitem descrevê-los enquanto fenômenos construídos processualmente, através de afirmativas e

práticas concretas. Dessa forma, ela desenvolve um modelo do social que permite abordar a cultura, o lugar e a família enquanto processo de tornar-se ao territorializar-se (no caso afro-caribenho, através da participação ativa nas redes de relações de troca).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARSTEN, Janet. The heat of the hearth. The process of kinship in a Malay fishing community. Oxford (Inglaterra): Clarendon Press, 1997.

_____. Introduction. In: _____ (Org.) Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship. Edinburgh (Inglaterra): Cambridge University Press, 2000. p. 1-36.

CARREIRA, António. The people of the Cape Verde Islands: Exploitation and emigration. Hamden, CT: Archon, 1982.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. La existencia relativa de las cosas (que reposan en los archivos): prácticas y materialidades en relación. In: SIRIMARCO, Mariana et al. Estudiar la policía: la mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial. Buenos Aires (Argentina): Teseo, 2010. p. 97-138.

DROTBOHM, Heike. Horizons of long-distance intimacies: Reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde. History of the Family, Philadelphia (EUA), v. 14, p. 132-149, 2009.

FRAZIER, E. Franklin. The negro family in the United States. Chicago: Chicago University Press, 1939.

HASTRUP, Kirsten; OLWIG, Karen Fog. Introduction. In: _____ (Org.) Siting culture: the shifting anthropological object. London (Inglaterra): Routledge, 1997. p. 1-14.

HERSKOVITS, Melville J. Life in a Haitian valley. New York: A Knopf, 1937.

OLWIG, Karen Fog. Households, exchange and social reproduction: the development of a Caribbean society. 1978. 465 f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - University of Minnesota, Minneapolis (EUA), 1978.

_____. Women, ‘matrifocality’ and systems of exchange: an ethnohistorical study of the Afro-american family on St. John, Danish West Indies. Ethnohis-

tory, State College (EUA), p. 59-78, 1981.

_____. The struggle for respectability: Methodism and Afro-Caribbean culture on 19th century Nevis. New West Indian Guide, Leiden (Holanda), v. 64, n. 3/4, p. 93-114, 1990.

_____. Global Culture, Island Identity: Continuity and change in the Afro-Caribbean community of Nevis. Philadelphia (EUA): Harwood Academic Publishers, 1993.

_____. Introduction: emancipation and its consequences. In: _____. (Org.) Small islands, large questions: society, culture and resistance in the post-emancipation Caribbean. London (Inglaterra): Frank Cass Publishers, 1995a. p. 3-7.

_____. Cultural complexity after freedom : Nevis and beyond. In: _____ (Org.) Small islands, large questions : society, culture and resistance in the post-emancipation Caribbean. London (Inglaterra): Frank Cass, 1995b. p. 100-121.

_____. Cultural sites: sustaining a home in a deterritorialized world. HASTRUP, Kirsten; OLWIG, Karen Fog. Introduction. In: _____ (Org.) Siting culture: the shifting anthropological object. London (Inglaterra): Routledge, 1997. p. 17-37.

_____. The Burden of Heritage: Claiming a Place for a West Indian Culture. American Ethnologist, New York (EUA), v. 26, n. 2, p. 370-388, 1999.

_____. National and local identity in St. John: Danish and American perspectives. Revista Mexicana del Caribe, Toluca de Lerdo (México), v. 9, p. 192-214, 2000.

_____. A ‘respectable’ livelihood: mobility and identity in Caribbean family. In: SORENSEN, Ninna Nyberg (Org.) Work & migration: life and livelihoods in a globalized world. London (Inglaterra): Routledge, 2002a. p. 85-105.

_____. A wedding in the family: home making in a global kin network. Global Networks, Oxford (Inglaterra), v. 2, n. 3, p. 205-218, 2002b.

_____. ‘Transnational’ socio-cultural systems and ethnographic research: views from an extended field site. The International Migration Review, New York (EUA), v. 37, n. 3, p. 787-811, 2003.

_____. Caribbean journeys: an ethnography of mi

gration and home in three family networks. Durham: Duke University Press Books, 2007.

_____. A proper funeral: contextualizing community among Caribbean migrants. *Journal of the Royal Anthropological Institute, London (Inglaterra)*, v. 15, n. 3, p. 520-537, 2009.

_____. The 'successful return': Caribbean narratives of migration, family, and gender. *Journal of the Royal Anthropological Institute, London (Inglaterra)*, v. 18, n. 4, p. 828-845, 2012.

SMITH, Raymond T. *The negro family in British Guiana. Family Structure and social status in the villages*. London: Routledge & Kegan Paul Limited, 1956.

PRICE, Richard. *Studies of Caribbean Family organization: problems and perspectives*. Dédalo, São Paulo: Museu de Arqueologia e etnologia da Universidade de São Paulo, v. 7, n. 14, p. 23-59, 1971.

NOTAS

1 Ao longo do paper, o termo 'obra' refere-se aos seguintes trabalhos da antropóloga dinamarquesa: (OLWIG, 1978, 1981, 1990, 1993, 1995, 1997, 1999, 2000, 2002^a, 2002^b, 2003, 2007, 2009, 2012).